

**Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS)**, São Luís, v. 5, n. 1, p. 69- 80, jan./jun. 2019  
*ISSN eletrônico: 2447-6498*

## **Educação, Crítica e Emancipação: Uma Leitura Filosófico-Social do “IEMA”<sup>1</sup>**

### **Education, Critical and Emancipation: a Philosophical-Social Reading of The "IEMA"**

**JOSÉ HENRIQUE SOUSA ASSAI**

Professor Adjunto de Filosofia no Curso de Ciências Humanas (UFMA).

[jhs.assai@ufma.br](mailto:jhs.assai@ufma.br)

**MÔNICA JULIANA DE JESUS OLIVEIRA**

Discente do Curso de Ciências Humanas (UFMA). Participante do Grupo de Estudo e Pesquisa ‘Filosofia Social e Teoria Crítica’.

**VALDEANE DE OLIVEIRA SILVA**

Licenciatura em Letras (UEMA). Discente do Curso de Ciências Humanas (UFMA). Participante do Grupo de Estudo e Pesquisa ‘Filosofia Social e Teoria Crítica’.

#### **RESUMO**

O projeto filosófico da Teoria Crítica, desde a sua gênese, foi a de pensar o “Social” identificando os problemas ali encontrados e propondo orientação de resolução para os mesmos. Sob o ponto de vista da filosofia social, ancorado nos pressupostos da pesquisa crítica, o “Social” é entendido pelas práticas, relações e instituições sociais enquanto condições constitutivas para o exercício da liberdade. No interior do “Social” e, de modo bem específico em nossa pesquisa no tocante ao programa social ‘Mais IDH’, a educação ocupa um lugar temático de pesquisa permitindo encetar, na interface educação e crítica, possibilidades para a transformação da sociedade. Levando em consideração a anterior exposição, queremos explicitar nesta pesquisa que o atual programa educacional maranhense – o IEMA – pode ser pensado a partir da teoria crítica como alternativa para responder às patologias sociais de cunho sociopolítico-educacional situadas no cenário maranhense na medida em que busca responder à questão da efetivação das condições mínimas de existência social de todos os assistidos pelo referido projeto pedagógico.

**Palavras-chave:** O Social. Teoria Crítica. IEMA.

#### **ABSTRACT**

The philosophical project of the Critical Theory is thinking the “Social” and identify the social problems in order to resolution them. From the point of view of social philosophy, anchored in the presuppositions of critical research, the "Social" is understood by social practices, relations and institutions as constitutive conditions for the exercise of freedom. Within the "Social" and very specifically in our research on the social program 'More HDI', the education is established a thematic *locus* of research allowing to open at the interface education and criticism, possibilities for the transformation of our society. Taking into account the previous assumptions, we aim to make explicit in this research that the current educational social program - IEMA - can be thought from the critical theory as an alternative to respond to sociopolitical and educational social pathologies in the Maranhão States to the extent that we look for answer to the question of the realization of the conditions of social existence of all those assisted by the educational program.

---

<sup>1</sup> Artigo submetido para avaliação em 07/10/2018 e aprovado em 11/07/2019..

**Keywords:** Social. Critical Theory. IEMA.

## 1 PESQUISA CRÍTICA E EDUCAÇÃO: uma abordagem social filosófica

O pensamento crítico, no espírito do seu programa de fundamentação socio normativo, assenta sua premissa “no diagnóstico de uma realidade que não deveria existir: de um sofrimento que ofende [...] de uma miséria ultrajante” (WESCHE, 2013, p.193 – 220). Nesse sentido, e sob o prisma da filosofia social (BAVARESCO, 2015, 387p, DETEL, 2013, 191p, FORST, 2009, 743p, ISP, 2018, JAEGGI, 2017, 128p) uma determinada realidade passa a ser compreendida enquanto ofensiva na medida em que se estabelece no seu interior a pobreza enquanto marca de uma sociedade patologicamente articulada (PINZANI, 2013, p.133 – 159, PINZANI, 2012, p. 88-106, SCANLON, 1975, p. 655 – 669). Desde Simmel (SIMMEL, 1908, p.454 – 493) passando pelo Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2019), Streeten (STREETEN, 1995) e Sen (SEN, 2001, 301p, SEN, 1981, 257p, SEN, 1973), dentre tantas outras referências, muito já se tentou apresentar uma definição a respeito da pobreza e do pobre; mas, para além das tentativas, subsiste a fática situação socioeconômica daquele (a) que sofre com a falta das condições básicas para viver. Estamos falando também, por assim dizer, das condições mínimas de existência social!

A pobreza demarca e ofende uma determinada sociedade e por isso mesmo deve ser enfrentada. Sua ofensa traz um corolário nada “palatável” para as pessoas; ao contrário, provoca àquilo que na teoria crítica se chama de “patologias do Social” (JAEGGI, 2017, 128p.); ou seja, na medida em que na esfera do “Social”, no escopo da filosofia social, – cujo entendimento básico consiste nas práticas, nas instituições assim como pelas relações sociais como *medium* para se compreender a liberdade e a individualidade – incorrer em processos de precarização em uma dessas esferas supracitadas, aí temos não apenas os problemas sociais, porém a visibilidade da patologia do “Social”.

A despeito do resíduo liberal político – o tema da liberdade e da igualdade – no qual há amplo debate no interior da filosofia política, a questão principal, a nosso ver, reside no traço característico e demarcatório do “Social” pensado a partir da própria

filosofia social: a instância de metarreflexão como pressuposto fundamental para se pensar uma pesquisa crítica; mas, o que seria esse pressuposto? E como o mesmo se vincula com uma pesquisa crítica?

Sob o prisma da filosofia social, pelo menos se levarmos em consideração as tratativas de Jaeggi no tocante à ideia básica de uma sociofilosofia, ao se conceber o “Social” como “instância de metarreflexão” deve-se postular a ideia da reflexão normativa ou no sentido normativo, ou seja, em última instância deve-se tomar a sério um diagnóstico deficitário de uma determinada realidade no intuito de corrigir as eventuais distorções nela inerentes. Nessa perspectiva reflexiva, a filosofia social “flerta” com questões de uma possível “ontologia do Social”, a saber: como prover a efetividade social? Como a sociedade se estrutura? O que é um coletivo e o que são as instituições? (JAEGGI, 2017, p.12). Tais questões são encetadas a partir da filosofia social mediante o pressuposto ontológico-social (IKÄHEIMO, 2011, 398p, FISCHBACH, 2016, p.81 – 92, STEMMER, 2008, 370p) permitindo, dessa forma, pelo menos no entendimento de Jaeggi, estabelecer uma possibilidade para se pensar a cesura epistêmica entre, por exemplo, filosofia e sociologia. Não pretendemos deslindar sobre o estatuto ontológico-social na pesquisa crítica por não ser o escopo principal de nossa pesquisa; porém, é pertinente asseverar, ainda que de forma breve, que a filosofia social possui amplo campo de pesquisa e que tem por pressuposto de orientação teórico-prática a emancipação. Daí que, no esteio de uma leitura crítica (AVRITZER, 2004, p.703 – 728, 2004, JAEGGI, 2013, 375p, JAEGGI, 2008, p.137 – 165) mediada pela filosofia social, a pergunta sobre o que é uma instituição (social) permite pensar a educação enquanto uma possível forma de prática social que possua reconhecimento público assim como um sistema procedimental de ações (JAEGGI, 2009, p. 528 – 544).

Na medida em que a nossa realidade social é constituída pelas instituições (JAEGGI, 2009, p.535), então a esfera educacional se perfaz, de igual modo, enquanto um *medium* propriamente constitutivo desse mesmo “tecido social”; porém, por outro lado, e sob o mesmo olhar crítico-reflexivo, o âmbito educacional é muito deficitário em nossa realidade apresentando preclaros sinais de solapamento em seus mais variados níveis no que podemos chamar de um sinal da “patologia do Social”. Aí, uma de suas deletérias consequências é a precarização no qual não só exclui tantas pessoas, mas, sobretudo, tende a relegá-las para os “recônditos” de uma sociedade. Em um cenário

desse tipo é imperioso para uma pesquisa crítica “tomar uma posição”: a busca pela resolução de problemas (*Problemlösung*) e – em se tratando da nossa pesquisa – a tentativa de indicar para uma efetiva solução aos problemas na área da educação (sob o prisma formal) em nosso contexto maranhense.

Perante um negativo histórico de indicadores tão baixos na educação no Estado do Maranhão, fruto do descaso de efetivas políticas públicas cristalizadas por um coronelismo cinquentenário, a recente proposta para a educação, oriunda do atual executivo maranhense, pautada no programa social ‘Mais IDH’ (MARANHÃO, 2015, 113p, MARANHÃO, 2015) parece que apresenta sinais de um efetivo combate ao déficit educacional no Maranhão. O verbo “parecer” não é mera logorreia, porém ele nos permite assentar nesta pesquisa a nossa perspectiva crítico-reflexiva; pois, como explicitaremos a seguir, mesmo perante um vertiginoso processo de melhoramento na esfera educacional nos rincões maranhenses, ainda podemos nos permitir, perante um olhar da pesquisa crítica (BENHABIB, 1986, 455p), estabelecer o “benefício da dúvida” no tocante ao contínuo teste de efetividade social do referido programa ‘Mais IDH’ ainda mais com os recentes índices atingidos (IPEA, 2019, 65p).

A despeito do nosso posicionamento crítico-reflexivo, queremos explicitar de que modo o atual programa ‘Mais IDH’ está efetivando uma mudança no cenário político-educacional maranhense. Para tal intento, e tomando em consideração a pesquisa crítica (teoria crítica) e a esfera do “Social” na plataforma da filosofia social, primeiramente apresentaremos os fundamentos do ‘Mais IDH’ estabelecendo sua interface com a esfera educacional no específico contexto maranhense (1); em seguida, e levando em conta os pressupostos arrolados no item anterior, explicitaremos a respeito da plataforma educacional do “IEMA” (IEMA, 2019), localmente situado na cidade de Imperatriz, (MA) (2) enquanto uma possibilidade de efetivação do “Social” na medida em que o supracitado modelo educacional pretende melhorar as condições de existência social de tantos alunos (as), de tantas pessoas até então aviltadas em sua constituição mais básica de existir socialmente e de maneira digna.

## **2 O “MAIS IDH” ENTRE O “COMO É” E O “COMO DEVERIA SER”**

No desenho estruturante de uma pesquisa crítica a ideia do ancoramento normativo (FORST, 2015, 254p, NOBRE, 2008, 302p.) torna-se um “*leitmotiv*” para a construção de qualquer pensar filosófico. Quando falamos em pesquisa crítica nos orientamos pelos pressupostos da teoria crítica (JAEGGI, 2013, 375p, WINTER, 2007, 319p, STAHL, 2013, 475p., JAEGGI, 2016, p. 225 – 251, BRUNKHORST, 2014, 396p.) e, nesse sentido, nossa perspectiva nesta pesquisa na qual é demarcada pela esfera educacional passa a ser orientada pela mediação da pesquisa de cunho crítico. Para fins didáticos, uma teoria crítica executa um movimento epistêmico entre a realidade do “como é” para o “como deveria ser” (NOBRE, 2004, 54p); ou seja, a partir da leitura contextual de uma determinada realidade, a teoria crítica busca investigar possíveis problemas sociais e, por fim, tenta orientar para a resolução desses problemas. É nesse sentido mais estrito que o não-conformismo com a realidade objetiva torna-se repto para a teoria crítica. Não é possível admitir, nesse caso, apenas a leitura fenomenológica de um cenário sociopolítico, por exemplo; mas, é imperioso para a teoria crítica indicar caminho(s) para resolver tais problemas. Por isso mesmo ela é concebida como teoria normativa ou sionormativa pelo fato de que ao estabelecer o diagnóstico de uma determinada realidade procura indicar soluções para os problemas dessa mesma comunidade social. Ao se tratar do “social” (estrutura filogênica) a teoria crítica volta sua atenção para o “Social” como esteio teórico-prático de sua pesquisa. Na medida em que a filosofia social é entendida como a “disciplina que aborda o Social [...] que se pergunta por nossas práticas sociais, instituições e relações sociais, portanto, de nossas formas de vida sociais” (JAEGGI, 2014, 451p). O “Social” (*Das Soziale*) (FISCHBACH, 2016, p.81 – 92, DETEL, 2007, 191p, HONNETH, 2010, p.158 – 178, HERRMANN, 2018, 197p) é entendido, portanto, como as relações (práticas) sociais bem como as instituições nas quais sejam compreendidas enquanto condições constitutivas para o exercício efetivo da individualidade e liberdade (JAEGGI, 2017, p.11, HERZOG, 2014, p.12 – 15). Nesse conceito, a ideia de instituição emerge como fio condutor para a nossa pesquisa, pois ao tratarmos da educação vinculada a um programa social também estamos nos remetendo aos aspectos institucionais decorrentes desse processo. Assim, entendemos por uma instituição social como uma “estrutura constituída mediante práticas sociais com caráter costumeiro que apresentam sistemas complexos de expectativas procedimentais de cunho recíproco e duradouro [...] e que se

caracterizam pela efetividade pública e pelo reconhecimento público” (JAEGGI, 2009, p.528 – 544). Ao recepcionarmos a ideia básica de Jaeggi acerca do que seja uma instituição social, então podemos certificar que o IEMA é compreendido como essa referida forma institucional de cunho educacional.

Se tomarmos por consideração que o primeiro momento para uma pesquisa crítica é a leitura contextual de uma determinada realidade onde a análise e a crítica (JAEGGI, 2008, p.137 – 165) – lastreada pelo legado marxiano – *já se encontram inseridas*, então o entendimento do “como é”, em nossa pesquisa, revela a realidade educacional ainda que sob o aspecto formal em nossa sociedade maranhense. Já não é de hoje que os nossos indicadores (IMESC, 2015, 73p, IMESC, 2019), nos quais refletem um enternecedor cenário sociopolítico cuja área da educação está incluída. Daí, num segundo passo, ancorado nos princípios supracitados, faz-se necessário “indicar” possibilidades de resolução dos problemas na educação em nosso Estado. A nossa proposição, em nossa pesquisa, é creditar ao ‘Mais IDH’ esse *medium sacionormativo* de caráter emancipador para a educação no Maranhão. Nesse sentido, perante uma leitura crítica, ocorre o deslocamento do “como é” para o “como deveria ser”. Essa última diz respeito em como uma dada realidade deveria ser no sentido do melhoramento de suas condições básicas relacionadas à existência social de todos. E isso não seria uma utopia social? Pensamos que não! E é o que explicitaremos a seguir o modo como o programa social ‘Mais IDH’ em sua plataforma educacional o IEMA está transformando a vida de tantas pessoas pelo Maranhão.

### **3 IEMA: um caminho para a emancipação social**

Diante da discussão a respeito do “Social” esclarecida anteriormente, fica estabelecida como análise crítica a preocupação com as condições básicas de existência social e daí parte a necessidade da criação de mecanismos que facilitem a possibilidade de se pensar a práxis para esse objetivo. Nasce dessa exigência a proposta educacional do IEMA: um caminho para a emancipação. É importante nos perguntarmos, então, até que ponto o projeto efetivamente viabiliza condições para que isso ocorra. Diante dos entremeios donde se deu o IEMA, seu enfoque e efetivação respondem a uma demanda

de uma sociedade eivada de contradições sociais e em resposta a esta, a discussão sobre sua atuação e resultados nos contextos sociais de seu alunado torna-se uma parte pertinente quando se observa onde de fato esses resultados se deram ou não. Com o aporte filosófico-social analisaremos sob o enfoque de uma leitura imanente (JAEGGI, 2013, p. 266 – 295) como se efetiva o funcionamento do IEMA na unidade vocacional do bairro Bom Sucesso em Imperatriz a fim de pensar sua influência prática e seus efeitos no contexto social de seus alunos.

No tocante a perspectiva educacional, a proposta do referido projeto não se encontra destituída de ideologia, visto que carrega em seu âmago o caráter de estratégia do plano de governo atual, em busca de viabilizar a mobilidade e participação social das bases na conjuntura socioeconômica do Maranhão. Para Jaeggi, nenhum projeto pensado em atender às demandas do social está aquém de ideologias (JAEGGI, 2008, p.137 – 165) e todo o ‘Mais IDH’ está alicerçado ideologicamente. É esta também uma questão interessante: toda estrutura ideológica sob o qual o IEMA está inserido, precisa ser considerada no interior de um procedimento de análise e crítica (JAEGGI, 2008, p. 140), onde a primeira se constitui enquanto fundamento para a segunda. E em se tratando da educação, esta deve ser pensada sempre na perspectiva crítica, onde os alunos não só tenham o conhecimento técnico, como proposto do campus do Instituto em Imperatriz sendo unidade vocacional (IEMA, 2019), mas que os mesmos possam aperfeiçoar sua experiência de vida prática sob a base de que conhecem o lugar de onde vieram. Assim, é possível tomar consciência da lógica dominante que estrutura seu próprio contexto societário com o fito da transformação de sua realidade vivencial; adquirindo discernimento de que fazem parte de um projeto que visa a sua emancipação sociopolítica e também econômica, vendo-se refletidos quantitativa e qualitativamente neste projeto e se autocompreendendo sujeitos amparados ideologicamente por uma política pública que visou a sua independência e lhe deu suporte para alcançá-la.

Para que todas as partes dessa estrutura funcionem como o projeto propõe é indispensável uma prática pedagógica que alie as características sociais aos seus contextos mediante a esfera educacional na medida em que a mesma possa fomentar a mudança efetiva da práxis social desses alunos. Dialogando com essa proposta é que o pedagogo Paulo Freire orienta na “Pedagogia da Autonomia” (FREIRE, 2002) que apenas através de práticas educativas críticas os indivíduos se reconhecem e

consequentemente se assumem como seres sociais, históricos e caminham, assim, para a busca constante pela autonomia. Freire diz ainda que a educação é uma forma de intervir na realidade social, de mudar o mundo dos educandos no sentido de fazê-los compreender a estrutura dominante que os oprime e capacitá-los a intervi-la (FREIRE, 2002, p.38) com autonomia e liberdade. Em se tratando da ideia da autonomia, Pinzani assinala que:

Atribuímos autonomia a um sujeito quando ele é capaz de agir conforme um projeto pessoal de vida boa (projeto que, contudo, pode ser inspirado em modelos pré-existent) e de considerar a si e a outros sujeitos como capazes de estabelecer relações de direitos e deveres (em outras palavras: quando é capaz de ver a si e aos outros como titulares de direitos e possuidores de deveres). Essa definição se refere ao que podemos chamar de grau mínimo de autonomia, já que esta última é uma qualidade que pode ser possuída de forma maior ou menor: a autonomia de um sujeito se torna maior (1) quanto mais constrói seu projeto de vida boa de forma independente dos modelos fornecidos pelo seu ambiente mais próximo e (2) quanto mais atribui (a si e a outros) direitos e deveres com base em princípios universais [...] (PINZANI, 2013, p. 57).

Tendo presente essa autonomia o autor salienta a necessidade de serem oferecidas condições reais para que seja possível alcançá-la e é neste tocante que são inseridos os resultados da unidade vocacional do IEMA – Bom Sucesso: para auxiliar o processo de planejamento do projeto pessoal de “vida boa”, os estudantes têm acesso a uma formação profissional continuada, saem com diplomas de cursos profissionalizantes e se encontram capacitados para competir no mercado; se entendem como aptos e confiantes para exercer comercialmente as práticas que foram aprendidas nos cursos, utilizando-os como mediação para uma efetiva participação no setor econômico. Além disso, a formação é "continuada" porque mesmo após a conclusão dos cursos o Instituto mantém vínculo com os formados direcionando-os ao mercado através de parcerias com empresas. O IEMA conta ainda com a plataforma “Contrata Aê” (MARANHÃO, 2019) que reúne todos os alunos egressos de todos os cursos inseridos no site, abriga suas informações e formações profissionais e seus contatos de modo que estão à disposição para serem contratados por quem o acessa. A referida plataforma demonstra o cuidado do IEMA em fornecer meios para a iniciação profissional de seus egressos tornando-se extremamente importante na efetivação no acesso a essa emancipação econômica e consequentemente social.



Por fim, podemos levar em consideração que a realidade local é transformada a partir das propostas incentivadas pelo IEMA e advindas deste, e que são percebidas as mudanças sociais como resultado dos posicionamentos sociopolíticos e econômicos que embasam o programa social ‘Mais IDH’. Com isso, os direcionamentos e mudanças reveladas nas pesquisas do ‘Mais IDH’ demonstram o crescimento econômico da realidade local cujos índices se mostram vantajosos ao serem relacionados com os setores que se sobressaíram e vão desde a chegada de determinadas empresas, como também a quantidade de profissionais que são contratados em cargos permanentes como resultado da mão de obra qualificada. Graças aos incentivos do IEMA e também pela oportunidade que muitas pessoas têm de aprender funções de ramo comercial, muitos chegam a tornar-se empreendedores de seus próprios negócios. Dessa forma, é interessante abordar que em razão do compromisso do Estado para com todas as unidades do IEMA presentes nas cidades assistidas pelo programa social ‘Mais IDH’. As pesquisas a respeito do ‘Mais IDH’ e particularmente o programa educacional do IEMA comprovam que a sua metodologia de trabalho tem sido eficaz no enfrentamento ao processo de pauperização socioeconômica da realidade maranhense, pois a realidade de muitas famílias foi transformada com a ajuda das políticas públicas inseridas nesses mecanismos colaboradores, para que a coletividade efetive e aperfeiçoe suas condições básicas atestando a tarefa profícua do Estado em prover as condições mínimas de existência social para o povo maranhense.

## REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo, COSTA, Sérgio. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.47, n.4, p.703 – 728, 2004.

BANCO MUNDIAL. **Quase Metade do Mundo Vive com Menos de USD \$5.50 por Dia**. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/news/>>. Acesso: 20 mar. 2019.

BAVARESCO, Agemir; Lima, Francisco Jozivan Guedes de; ASSAI, José Henrique Sousa (orgs.). **Estudos de Filosofia Social e Política: Justiça e Reconhecimento**. Porto Alegre: Editora Fi, 2015, 387p.

BENHABIB, Seyla. **Critique, Norm, and Utopia: A Study of the Foundations of Critical Theory**. New York: Columbia Press, 1986. 455p.

**Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS)**, São Luís, v. 5, n. 1, p. 69- 80, jan./jun. 2019  
*ISSN eletrônico: 2447-6498*

BRUNKHORST, Hauke. **Kritik und Kritische Theorie**. Baden Baden: Nomos, 2014. 396p.

DETEL, Wolfgang. **Philosophie des Sozialen**. Stuttgart: Reclam, 2013. 191p. (Grundkurs Philosophie Band 5).

FISCHBACH, Franck. Die Umtriebe des “Sozialen”. In: \_\_\_\_\_. **Manifest für eine Sozialphilosophie**. Bielefeld: Transcript Verlag, 2016. p.81 – 92.

FORST, Rainer. **Normativität und Macht: Zur Analyse sozialer Rechtfertigungsordnungen**. 1.ed. Berlin: Suhrkamp Verlag, 2015. 254p.

FORST, Rainer et.al. (org.). **Sozialphilosophie und Kritik**. 1.ed. Frankfurt am Main: Suhr-kamp Verlag, 2009. 743p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HERRMANN, Steffen. **Ich – Andere – Dritte: Eine Einführung in die Sozialphilosophie**. München: Verlag Karl Alber, 2018. 197p.

HERZOG, Lisa. Die soziale Dimension der Freiheit. In: \_\_\_\_\_. **Freiheit gehört nicht nur den Reichen: Plädoyer für einen zeitgemäßen Liberalismus**. München: C.H. Beck Verlag, 2014. p.12 – 15.

HONNETH, Axel. Philosophie als Sozialforschung: Zur Gerechtigkeit von David Miller. In: \_\_\_\_\_. **Das Ich im Wir: Studien zur Anerkennungstheorie**. 1. ed. Berlin: Suhrkamp Verlag, 2010. p.158 – 178.

IEMA (Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão). **Unidade Vocacional de Imperatriz**. Disponível em: < <http://www.iema.ma.gov.br/unidades-vocacionais/imperatriz/>>. Acesso em 28 mar. 2019

IKÄHEIMO, Heikki, LAITINEN, Arto. **Recognition and Social Ontology**. Leiden: Brill, 2011. 398p.

IMESC (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos). **Produto Interno Bruto dos Municípios do Maranhão: período de 2010 a 2013**. 2015. 73p.

\_\_\_\_\_. **Mais IDH: mapas e indicadores dos 30 municípios com menor IDH do Estado do Maranhão**. Disponível em: < <http://imesc.ma.gov.br/atlas/Home/diagnostico>>. Acesso em 28 mar. 2019.

**INTERNATIONALE SOZIALPHILOSOPHISCHE TAGUNG “EMANZIPATION”**, 2018, Berlin. Humboldt Universität, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). **Radar IDHM: evolução do IDHM e de seus índices componentes no período de 2012 a 2017**. Brasília: PNUD, 2019. 65p.

JAEGGI, Rahel, CELIKATES, Robin. **Sozialphilosophie: Eine Einführung**. München: C.H.Beck, 2017. 128p.

JAEGGI, Rahel, ALLEN, Amy. Progress, Normativity, and the Dynamics of Social Change. **Graduate Faculty Philosophy Journal**, Berlin, v. 37, n. 2, p. 225 – 251. 2016.

JAEGGI, Rahel. **Kritik von Lebensformen**. 2.ed. Berlin: Suhrkamp Verlag, 2014. 451p.

JAEGGI, Rahel, WESCHE, Tilo (org.). **Was ist Kritik?** 3.ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2013. 375p.

JAEGGI, Rahel. Was ist Ideologiekritik? In: JAEGGI, Rahel, WESCHE, Tilo (org.). **Was ist Kritik?** 3.ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2013. p. 268 – 295.

JAEGGI, Rahel. Was ist eine (gute) Institution? In: FORST, Rainer et.al. (org.). **Sozialphilosophie und Kritik**. 1.ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2009. p. 528 – 544.

JAEGGI, Rahel. Repensando a Ideologia. **Civitas**, Porto Alegre, v.8, n.1, p.137 – 165, 2008.

MARANHÃO (Estado). Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Plano de Ação Mais IDH**. São Luís, 2015. 113p.

MARANHÃO (Estado). Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Plano de Ação Escola Digna**. São Luís, 2015.

MARANHÃO (Estado). Iema: **Plataforma Contrata Aê**. Disponível em:< <https://contrataae.iema.ma.gov.br/>>. Acesso em 30 mai. 2019.

NOBRE, Marcos (org.). **Curso Livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papius, 2008. 302p.

NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 54p. (Coleção Filosofia Passo a Passo 47)

PINZANI, Alessandro. Justiça social e carências. In: PINZANI, Alessandro, TONETTO, Milene (org.). **Teoria Crítica e Justiça Social**. Florianópolis: Nefipo, 2013. p.133 – 159.

\_\_\_\_\_. **Teoria Crítica e Justiça social**. *Civitas*, v. 12, n.1, p. 88-106, jan / abr. 2012.

SCANLON, T. M. Preference and Urgency, **The Journal of Philosophy**, v.72, n. 19, Princeton, p. 655 – 669, 1975.

SIMMEL, Georg. Der Arme. In: \_\_\_\_\_. **Soziologie: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung**. Leipzig: Duncker & Humboldt, 1908. p.454 – 493.

SEN, Amartya. **On Economic Inequality**. Oxford: Clarendon Press, 1973.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade reexaminada**. Tradução Ricardo Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001. 301p.

\_\_\_\_\_. **Poverty and Famines: Na Essay on Entitlement and Deprivation**. Oxford: Clarendon Press, 1981. 257p.

STAHL, Titus. **Immanente Kritik: Elemente einer Theorie sozialer Praktiken**. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 2013. 475p.

STEMMER, Peter. **Normativität: Eine ontologische Untersuchung**. Berlin: De Gruyter, 2008. 370p.

STREETEN, Paul P. **Thinking About Development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

WESCHE, Tilo. Reflexion, Therapie, Darstellung: Formen der Kritik. In: Jaeggi, Rahel; Wesche, Tilo (org). 3.ed. **Was ist Kritik?** Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2013. p. 193-220.

WINTER, Rainer, ZIMA, Peter (org.). **Kritische Theorie heute**. Bielefeld: Transcript Verlag, 2007. 319p.